

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos nas políticas educacionais municipais

BASIC EDUCATION DEVELOPMENT INDEX:
the perception of school principals about the (possible)
effects on municipal education policies

ÍNDICE DE DESARROLLO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA:
percepción de los directores de centros escolares sobre los (posibles)
efectos en las políticas educativas municipales

Djalma dos Santos Machado¹  
Universidade Cidade de São Paulo

Ricardo Alexandre Marangoni²  
Universidade Cidade de São Paulo

Resumo

O estudo objetivou analisar a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nas políticas educacionais de um município do interior do estado de São Paulo. Contou com o suporte teórico de Soares e Xavier (2013), Pessin e Deps (2020), Libâneo (2016), entre outros. De abordagem qualitativa, aplicou-se um questionário composto de questões fechadas e abertas. A partir da análise dos dados coletados, foi possível concluir que existe uma dissonância entre algumas considerações dos diretores e os desdobramentos do Ideb no desenvolvimento de políticas educacionais locais. Também chama-se a atenção para o fato de as políticas responsabilizarem as escolas e seus profissionais, sem levar em conta as profundas e históricas desigualdades sociais. Logo, o Ideb pouco vem contribuindo com a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Avaliação. Diretor Escolar. Ideb.

Abstract

The study aimed to analyze the perception of school principals about the (possible) effects of the Basic Education Development Index (IDEB) on the educational policies of a municipality in the interior of the State of São Paulo. It counted on the theoretical support of Soares and Xavier (2013), Pessin and Deps (2020), Libâneo (2016), among others. With a qualitative approach, a questionnaire composed of closed and open questions was applied. From the analysis of the data collected, it was possible to conclude that there is a dissonance between some considerations of the principals and the developments of the Ideb in the development of local educational policies. It also draws attention to the fact that the policies blame the schools and their professionals, without taking into account the deep and historical social inequalities. Thus, the Ideb has contributed little to improving the quality of education.

Keywords: Evaluation. School Director. Ideb.

Resumen

El estudio tuvo como objetivo analizar la percepción de los directores de escuela sobre los (posibles) efectos del Índice de Desarrollo de la Educación Básica (IDEB) en las políticas educativas de un municipio del interior del Estado de São Paulo. Se apoyó en el soporte teórico de Soares y Xavier (2013), Pessin y Deps (2020), Libâneo (2016), entre otros. De abordaje cualitativo, se aplicó un cuestionario compuesto por preguntas cerradas y abiertas. Del análisis de los datos recolectados, se pudo concluir que existe una disonancia entre algunas consideraciones de los directivos y los desarrollos del Ideb en el desarrollo de las políticas educativas locales. También llama la atención el hecho de que las

1 E-mail: machadodjalma85@yahoo.com

2 E-mail: ramarangoni@hotmail.com



políticas culpabilizam a las escuelas y a sus profesionales, sin tener en cuenta las profundas e históricas desigualdades sociales. Así, el Ideb ha contribuido poco a mejorar la calidad de la educación.

Palabras clave: Evaluación. Director de Escuela. Ideb.

1. Introdução

No Brasil, as avaliações externas já fazem parte da cultura escolar. A partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Censo Escolar, determina-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), um dos indicadores utilizados para aferir a qualidade da educação. Além disso, esse índice vem sendo utilizado nas políticas educacionais, com o propósito de regular os sistemas de ensino.

Este indicador (Ideb) articula-se à escola de várias maneiras e, por essa razão, neste estudo, decidiu-se ouvir o diretor de escola para elucidar algumas questões relacionadas ao Ideb. Nessa perspectiva, pretende-se investigar a seguinte questão: qual a percepção de diretores escolares de um município paulista sobre os (possíveis) efeitos do Ideb nas políticas educacionais municipais?

Nesse sentido, tem-se como principal objetivo analisar a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos do Ideb nas políticas educacionais de um município do interior do estado de São Paulo. Vale ressaltar que este artigo foi realizado numa disciplina do mestrado profissional formação de gestores educacionais.

O texto se organiza em três seções complementares. A primeira apresenta uma breve discussão, levando-se em conta a relação entre Ideb, políticas educacionais e gestão educacional. Na segunda seção, descreve-se o percurso metodológico da pesquisa e, finalmente, na terceira, expõem-se os dados coletados e levantam-se elementos importantes para se pensar os limites e potencialidades do Ideb.

2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, políticas educacionais e gestão educacional

O Ideb, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e assumido pelo Ministério da Educação (MEC) como indicador dos processos educacionais, engloba dados do Saeb e da Prova Brasil e tem sido utilizado como indicador para o monitoramento dos índices da educação básica, considerando as taxas de rendimento escolar (por exemplo, aprovação), extraídas do Censo Escolar anual, e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. A partir desses dados, são instituídas as metas a serem atingidas pelas escolas, municípios, estados e o Brasil. Segundo o MEC, as metas são diferentes para cada rede de ensino e escola, entretanto, existe uma meta comum, a de alcançar, até o ano de 2022, a média 6, nos moldes dos sistemas de ensino de países considerados desenvolvidos (Brasil, 2018).

O Ideb, com início em 2007, foi operacionalizado como um indicador de qualidade educacional a ser usado tanto para orientar no planejamento de políticas educacionais nos âmbitos municipal, estadual e federal e no financiamento da educação quanto para informar a sociedade em geral.

Para que pais e responsáveis acompanhem o desempenho da escola de seus filhos, basta verificar o Ideb da instituição, que é apresentado numa escala de zero a dez. Da mesma forma, gestores acompanham o trabalho das secretarias municipais e estaduais pela melhoria

da educação. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 — correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos (Brasil, 2018).

Vale ressaltar que o Ideb possui forte influência no debate educacional, pois tem sido o aferidor nacional de qualidade da educação dos sistemas de ensino, ainda que alguns estados e municípios possuam suas próprias avaliações.

O Ideb busca avaliar o desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, considerando o fluxo escolar, calculado através da razão entre o tempo necessário para conclusão da etapa de escolarização e o tempo de duração de escolarização de cada discente. É importante mencionar a Meta 7 do Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014): “[...] fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB” e avança na Estratégia 7.11: “[...] melhorar o desempenho dos alunos da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tomado como instrumento externo de referência, internacionalmente reconhecido” (Brasil, 2014). O dispositivo legal valoriza as avaliações externas e vincula os resultados à qualidade da educação, o que tem sido amplamente discutido e criticado (Soares; Xavier, 2013).

Outra discussão refere-se ao uso dos resultados dessa avaliação, na qual é critério para alocação de recursos nas escolas e a definição de bônus para professores, e ainda inspira a competição e o ranqueamento entre as escolas. Na mesma esteira, surgiram avaliações estaduais e municipais também baseadas em testes padronizados. Dalben (2012) afirma que a associação entre a eficácia escolar e os resultados oriundos dos exames baseados em testes padronizados é um problema, que evidencia a fragilidade da elaboração de listas de ranqueamento e, conseqüentemente, do uso meritocrático desses resultados.

Outra questão a ser debatida relaciona-se à seleção de conteúdos que embasam essa avaliação, bem como à definição de níveis ou padrões de rendimento. O caráter técnico — o que medir, como medir e como avaliar os resultados — tem gerado questionamentos de vários elementos que não, necessariamente, seriam condizentes com as necessidades sociais e possibilidades de desenvolvimento dos estudantes (Broadfoot, 1996; Casassus, 2013; laeis, 2003).

Também é fundamental destacar o forte papel dos organismos internacionais, dentre eles, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organismo transnacional que interfere nas políticas nacionais e produz uma transformação e uniformização do conceito de qualidade educativa. De acordo com Libâneo (2016, p. 43), a internacionalização das políticas educacionais é um movimento inserido no contexto da globalização e mostra a...

[...] modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas supranacionais definidas pelos organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais, com base em uma agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como diretrizes, programas, projetos de lei, etc.

A partir disso, vem sendo observada cada vez mais a regulação das políticas educacionais por meio de acordos de cooperação firmados entre os países, dentre eles, o Brasil. Ao ressaltarem



a intencionalidade do resumo técnico do Ideb (2015), Pessin e Deps (2020) enfatizam que há uma ação política do Inep em relação à necessidade de os gestores escolares e a sociedade se apropriarem dos resultados a fim de tecer um espaço reflexivo sobre a qualidade de ensino e ações facilitadoras para tal. Entretanto, as autoras sinalizam que, mesmo o Inep assumindo os resultados do Ideb como um diagnóstico da realidade educacional, não há, entre os pesquisadores da área, um consenso sobre esse instrumento e seus moldes, pois comumente se encontram registros de críticas sobre a operação, aplicação, recortes e os limites da sua realização.

Conforme sugere Schneckenberg (2009), o diretor escolar possui um papel relevante, uma vez que cabe a ele desenvolver uma gestão colegiada levando em conta os anseios da comunidade local. Logo, assume um papel de mediador/articulador no contexto escolar, sendo importante observar que, em muitos municípios brasileiros, a sua função é tratada como cargo comissionado, ou seja, a escolha sobre quem dirige uma escola cabe ao gestor público, sendo ele o secretário municipal de Educação, supervisor de ensino ou outros. Dessa situação, quase sempre, decorre um desconforto: o diretor comissionado tornar-se refém de quem o indicou.

Conforme estabelece Nunes (2018), mesmo que amparadas na Constituição Federal (Brasil, 1988), as práticas de concurso público ou de comissionamento, também chamadas de indicação, são fortemente criticadas pelos pesquisadores da gestão democrática escolar. Segundo Oliveira (1996) e Dourado (2000), os processos eletivos diretos para diretores escolares são contrapostos por aquilo que os autores definem como a resistência de governos centralizadores em razão de sentirem-se ameaçados quanto à perda do controle político das unidades escolares.

A análise desse contexto geopolítico nos permite assumir aquilo que apontam Silva, Silva e Santos (2019) ao afirmarem que as reformas educacionais na América Latina são moldadas conforme as propostas políticas e econômicas neoliberais, as quais são construídas a partir da cooperação de diferentes setores da sociedade em busca de resultados positivos no que diz respeito aos instrumentos avaliativos internos e principalmente externos. Logo, os estados devem se articular não somente para a construção de políticas públicas e, aqui neste texto, tratamos especificamente das educacionais, mas pelo desenvolvimento de políticas atreladas às demandas de agentes internacionais (Sander, 2005 *apud* Silva; Silva; Santos, 2019). Desse modo, a partir dos anos 1990 no Brasil, a gestão educacional e escolar vem sofrendo modificações em virtude das reformas do Estado. No que tange ao trabalho do diretor, este teve suas atribuições ampliadas e guiadas pelas políticas gerenciais. No decorrer dos anos, o modelo gerencial tornou-se hegemônico nas políticas educacionais. Hypólito (2008, p. 77) ratifica essa ideia:

O modelo gerencialista parece ser hegemônico nas políticas educacionais, com seus índices de eficiência e produtividade, provas de avaliação em todos os níveis, *rankings* de escolas, e tantos outros indicadores para orientar o financiamento das políticas de educação ou, melhor, das políticas gerenciais de educação. O que cada vez mais temos experimentado são modelos e mais modelos de gestão, e o que não vemos melhorar é a educação.

De fato, observa-se cada vez mais que temos nos tornado reféns de políticas gerenciais globais para conseguirmos financiamentos, e acabamos nos curvando às formas de controle. Como destacado por Hypólito (2008), a avaliação externa faz parte desse pacote de políticas que pouco (ou nada) contribuem com a melhora da educação.

Saul (2015, p. 1310) expõe:

Um sistema de avaliação que acena para uma educação democrática torna-se incoerente ao defender propostas meritocráticas, nas quais os índices resultantes de avaliações externas são os indicadores da qualidade da educação. As avaliações externas, regidas pela lógica do controle, visam ao propósito de classificar alunos, escolas, professores, com a intenção de produzir *rankings* que servem tão somente aos propósitos do mercado [...].

A nossa opção política pela educação crítica, comprometida com princípios democráticos, evidencia o posicionamento contrário às avaliações externas.

Após essa breve exposição, passamos a traçar os caminhos metodológicos e os resultados obtidos acerca da questão norteadora: qual a percepção dos diretores escolares de um município paulista sobre as (possíveis) relações entre o Ideb e as construções de políticas públicas municipais no âmbito da educação?

3. Metodologia

O estudo conta com diretores de um município do interior do estado de São Paulo. Optou-se pela não identificação da localidade, tendo em vista a garantia de sigilo dos participantes. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município possui uma população estimada de aproximadamente 96 mil habitantes. Esse município atende: a educação infantil, que possui 12 (doze) escolas que atendem alunos com faixa etária de 3 a 5 anos e possui 2 (duas) creches que atendem crianças de 0 a 5 anos. Com relação ao ensino fundamental, possui: 13 (treze) escolas municipais que atendem anos iniciais (1º ao 5º) e 2 (duas) que atendem anos finais (6º ao 9º) e um índice de 98% das crianças entre 6 e 14 anos matriculadas no ensino regular. No município há 28 diretores municipais, sendo todos eles comissionados.

Como critério de participação nesta pesquisa, os respondentes do questionário atuavam regularmente na rede de ensino, no cargo comissionado de direção escolar. Não foram incluídos no estudo os diretores que estavam em situação de afastamento, licença, aposentadoria e afins.

Com a finalidade de uma melhor compreensão do problema exposto, optou-se pela pesquisa qualitativa, utilizando-se de um questionário eletrônico, aplicado no mês de novembro de 2021, sob autorização da Secretaria Municipal de Educação. Parte do formulário foi composta por questões de escala em modelo Likert, a qual pretende avaliar o nível de engajamento dos respondentes com o tema proposto, possibilitando aos pesquisadores métricas quantitativas à mensuração do fenômeno (Bermudes, 2016).

O questionário é composto por cinco seções, contendo 18 questões, organizado na seguinte disposição: 1ª e 2ª seções – Apresentação da pesquisa e coleta dos dados gerais dos respondentes, sob compromisso de sigilo dos pesquisadores; 3ª seção – Dados gerais obrigatórios com 6 (seis) perguntas versando sobre faixa etária, sexo, tempo de atuação na gestão escolar, área de formação, maior nível de formação e o quanto os respondentes se sentiam preparados para a gestão, a partir de suas formações; 4ª seção – Dados sobre o tempo de direção na escola atual e modalidade(s) de ensino ofertada(s) na unidade, a partir de 2 (duas) questões; 5ª seção – 8 (oito) questões buscando identificar as percepções dos diretores sobre as relações entre o Ideb, a escola e as políticas



municipais. Para cada questão, acrescentou-se um espaço no qual o diretor pudesse tecer seus comentários (opcional).

Por fim, as duas últimas questões foram abertas, possibilitando aos respondentes relatarem se a condição de cargo comissionado possui relação com os resultados da avaliação externa; se a avaliação de larga escala auxilia as políticas públicas; e para registrarem suas contribuições à pesquisa.

Para validação do questionário, o formulário foi submetido a 3 (três) testes-pilotos, nos quais os sujeitos que não fazem parte do município responderam voluntariamente às questões. Portanto, essas três respostas não foram incluídas nos resultados e análise das amostras. Considerando os testes, o formulário sofreu adequações condizentes ao interesse desta pesquisa.

Os pesquisadores solicitaram autorização à Secretaria Municipal de Educação para a divulgação e aplicação do instrumento aos diretores que entendessem a relevância deste trabalho e voluntariamente decidissem pelas suas participações.

Após a aplicação do formulário, realizou-se a organização dos dados para posterior análise dos resultados relacionados à percepção dos diretores.

4. Resultados e discussão

Os dados coletados retrataram o perfil dos respondentes e as percepções destes quanto ao objeto de pesquisa.

O universo de estudo é formado por 9 (nove) diretores de escolas municipais.

4.1. Perfil dos respondentes

Observou-se que a maioria dos diretores possui mais de 41 anos de idade, totalizando 88%. Com relação ao sexo, 77% são do feminino e 23% do masculino.

Com relação ao tempo na gestão escolar, a maioria declarou possuir 21 anos ou mais (33%), seguido dos que declararam ter de 0 a 5 anos e de 6 a 10 anos (22%) e, por último, os que responderam de 11 a 15 anos e 16 a 20 anos (11%). Sobre o tempo no cargo de direção da escola atual, a maioria afirmou ter de 0 a 5 anos (78%), seguido dos que possuem de 6 a 10 anos e 21 anos ou mais (11%).

No que tange à formação, 78% afirmaram possuir licenciatura em Pedagogia, seguido por 11% formados em Educação Física e Pedagogia, e em Matemática e Pedagogia. Ainda sobre a formação, 22% afirmaram não ter continuado a formação; 67% declararam possuir especialização; e apenas 11% responderam possuir o título de mestre. Não há diretores com o título de doutor.

Quando questionados se, com base em suas formações, sentiam-se preparados para atuarem na gestão escolar, 40% deles concordaram totalmente, enquanto 60% concordaram parcialmente.

Dos participantes, 77% atuam em escolas dos anos iniciais do ensino fundamental; 11% atuam nos anos iniciais do ensino fundamental junto com a Educação de Jovens e Adultos (EJA – anos finais); e 11% atuam nos anos finais do ensino fundamental e EJA – anos finais.

4.2. Dados acerca da relação entre Ideb, escola e políticas públicas municipais

Quanto à questão 9, “Na gestão da escola, utilizo-me dos dados fornecidos pelo Ideb para tomada de decisões, planejamento e atividades?”, a maioria respondeu “concordo totalmente” (67%), seguido por aqueles que disseram “concordo parcialmente” (33%).

As respostas dos participantes foram organizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Respostas dos participantes à questão 9

“Ele é um importante dosador para tomadas de decisões, mas temos de levar em conta tudo o que norteia a rotina escolar.”
“Nossos planejamentos são baseados nos resultados do índice, bem como nas avaliações diagnósticas da própria unidade escolar, a fim de melhorar nossos resultados e garantir a aprendizagem.”
“Os resultados servem de parâmetros para novas estratégias.”
“Os dados são fundamentais para rever o planejamento e estabelecer metas.”
“Existem outros índices a serem observados.”
“Faz-se necessária a análise para um planejamento eficaz, a fim de atingir as metas exigidas.”
“Através dos índices fazemos apontamentos e corrigimos rotas, pois a partir desses números conseguimos observar nossas falhas pedagógicas e corrigi-las, bem como investir mais onde estamos indo bem para conseguirmos melhores índices.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Como pode ser observado, os respondentes ressaltaram que os dados do Ideb são importantes e necessários para a tomada de decisões e que norteiam o planejamento. Também expressaram que os resultados do Ideb servem para traçar ações de melhoria da aprendizagem dos alunos.

Tendo em vista as respostas dos diretores, torna-se evidente a preocupação destes com a melhoria dos índices. No nosso entendimento, essa prática avaliativa está muito presente nas escolas e vem norteando de maneira forte as atividades pedagógicas; isso é motivo de alerta: não podemos reduzir a qualidade da educação aos resultados da avaliação externa, e nem mesmo organizar as ações pedagógicas para tal fim.

Com respeito à questão 10, “Acerca da escola, o Ideb influencia os processos de ensino-aprendizagem, ou seja, as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes?”, a maioria respondeu “concordo parcialmente” (56%), seguido daqueles que declararam “concordo totalmente” (33%) e “discordo parcialmente” (11%).

Os participantes emitiram as respostas que estão organizadas no quadro a seguir:



Quadro 2 – Respostas dos participantes à questão 10

“Os docentes sentem-se realizados quando ultrapassam a média estabelecida, mas não pode ser o que define o processo de ensino-aprendizagem da unidade escolar.”
“Sim, pois a todo momento é realizada a autoavaliação, planejamento estratégico para que se chegue ao objetivo proposto.”
“Infelizmente nossa escola ainda possui professores efetivos que não se envolvem diretamente e abertos a novas estratégias para melhorar o nosso índice.”
“Os dados são analisados e o plano de ensino ajustado, porém existe dificuldade de alguns profissionais em assimilar a necessidade de mudanças.”
“Nem todos os professores estão preparados para mudanças que se fazem necessárias para a correção de rumos.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Parte dos respondentes indicou que os docentes não se envolvem diretamente na melhoria dos índices e salientou que muitos professores apresentam dificuldades em lidar com as mudanças e em buscar novas estratégias. Isso demonstra um aspecto muito importante: a falta de diálogo entre os órgãos superiores e os docentes e gestores escolares, ou seja, o primeiro não envolve o segundo no processo de formulação das políticas educacionais, gerando uma situação de imposição.

É importante asseverar que todos os diretores são comissionados e afirmam fazer o possível para melhorar o pedagógico; arriscaríamos a dizer que o fato de serem comissionados os coloca numa saia justa: apesar do sigilo, há o medo de dizerem o que pensam e, por isso, assumem um discurso politicamente correto (Marangoni, 2017).

Também apontaram a resistência por parte de alguns professores efetivos ou a falta de preparo de alguns como entraves à melhoria dos índices. Apenas um diretor expôs que o resultado da avaliação externa não pode definir o processo de ensino-aprendizagem da unidade escolar.

No tocante à questão 11, “Os dados evidenciados pelo Ideb retratam a realidade da minha escola?”, a maioria respondeu “concordo parcialmente” (89%), seguido daqueles que declararam “concordo totalmente” (11%).

As respostas que os participantes deram encontram-se relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Respostas dos participantes à questão 11

“Ele apresenta em parte o esforço e resultado da unidade, mas não leva em consideração tantas atenuantes que envolvem a rotina escolar, que refletem diretamente no rendimento dos alunos.”
“Nem sempre uma avaliação externa deixa as crianças à vontade. Aplicador diferente, rotina diferente e os resultados muitas vezes não são obtidos conforme esperamos, pois apesar da escola fazer toda uma preparação, isso causa um desconforto emocional e acaba não acertando questões que já foram trabalhadas pelo professor.”
“Nem sempre. Tem o fator emocional do aluno no dia da avaliação.”
“Temos uma realidade com grandes dificuldades de aprendizagem.”
“Porque toda pesquisa sempre possui variantes que devemos considerar também.”
“Existem outros índices a serem observados.”

“Nem todos os fatores são levados em conta numa avaliação externa.”
“Conseguimos muito ainda em nosso índice apontado! Muitas situações são relevantes para que ele acontecesse, acredito que um investimento maior na rede poderia melhorar nosso rendimento.”
“Os resultados muitas vezes não mostram a realidade da escola, tem muitas variantes dentro da escola.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os dados percentuais revelam uma concordância, ainda que parcial. Grande parte dos diretores apontou a existência de variáveis que não são consideradas no processo de avaliação externa, o que reforça a sua fragilidade e pouca ênfase sobre os dados evidenciados pelo Ideb que revelam a realidade escolar. Muitos respondentes afirmam que a avaliação externa causa um desconforto emocional na criança, pois modifica toda a rotina escolar, causando um resultado insatisfatório. Também há uma observação dos diretores de que precisam de mais investimentos para a melhoria dos resultados nas unidades escolares.

Outro ponto considerado pelos respondentes indica que existem outros fatores relevantes que não foram capturados pelo instrumento, como atenuantes locais, cotidiano escolar e dificuldades de aprendizagem. Ou seja, a partir disso, podemos inferir a necessidade de ajustes nas avaliações a fim de compreender os contextos locais, sociais e culturais da escola.

Acerca da questão 12, “Compreendo que existe uma relação direta entre os resultados do Ideb e as pautas assumidas pela educação local?”, a maioria respondeu “concordo totalmente” (56%), seguido daqueles que declararam “concordo parcialmente” (44%).

As respostas dos participantes foram organizadas no quadro a seguir:

Quadro 4 – Respostas dos participantes à questão 12

“O rendimento aponta estratégias para o ensino do município.”
“Sim, devido ao grau de importância.”
“Escola municipal seguindo o currículo paulista e sem orientação e acompanhamento.”
“As pautas sempre estão voltadas para o tema acima.”
“A evidência de uma rede que tem seu índice elevado está intimamente ligada às pautas de formação e investimento na educação local, fazendo com que as diretrizes sejam reais e alcançáveis!”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os respondentes indicaram que há uma relação entre os resultados do Ideb e as pautas assumidas pela educação local. Fica evidente que não há currículo próprio, e a rede municipal de ensino utiliza todo o material da rede estadual de ensino.

Nota-se uma similitude entre os percentuais e os comentários dos diretores, o que reforça a grande importância dada ao Ideb.

Com referência à questão 13, “Percebo que o Ideb influencia as políticas públicas assumidas no município no qual minha escola se situa?”, a maioria respondeu “concordo parcialmente”



(56%), seguido daqueles que declararam “concordo totalmente” (22%), e “indiferente” e “discordo parcialmente” (11%).

Os participantes emitiram as respostas que estão organizadas no quadro a seguir:

Quadro 5 – Respostas dos participantes à questão 13

“Ele auxilia na tomada de decisões.”
“Precisamos ser mais incisivos nesta pauta, isso varia de gestão para gestão e precisa ser ampliado.”
“Hoje percebo que muitos políticos não têm conhecimento do que significa Ideb.”
“Mais ou menos. Quando se fala em políticas públicas no Brasil, estamos um pouco distantes.”
“Há intenções de melhoria de qualidade por parte do município, que muitas vezes esbarra no problema orçamentário.”
“Ele auxilia na tomada de decisões.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os apontamentos dos respondentes retratam que os políticos desconhecem o que significa o Ideb e que há uma descontinuidade das políticas públicas tanto no Brasil quanto no município.

Grosso modo, os comentários acrescentam pouco à nossa análise, limitando-se basicamente à ideia de que o Ideb auxilia as tomadas de decisões e influencia as políticas públicas municipais.

Sobre a questão 14, “Os resultados do Ideb possuem relação com a escolha dos diretores escolares por parte da administração pública?”, a maioria afirmou ser “indiferente” (44%), seguido daqueles que declararam “discordo totalmente” (33%), e “discordo parcialmente” e “concordo parcialmente” (11%).

Os participantes complementaram com as respostas do quadro a seguir:

Quadro 6 – Respostas dos participantes à questão 14

“Penso que há mais prioridades levadas em conta para a indicação de diretores.”
“Não tenho informações para isso.”
“Não interfere.”
“Não podemos esquecer que os orientadores pedagógicos também são tão responsáveis pelo processo de aprendizagem.”
“Não conheço essa informação.”
“Não. Apenas em alguns casos específicos dependendo da região/local em que está inserida a escola.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

É notório observar que muitos negaram que os resultados do Ideb influenciam a escolha dos diretores do município. Salientamos que a indicação política de diretores distancia-se do que defendemos e em nada se aproxima de uma gestão democrática.

Quanto à questão 15, “Com a divulgação dos dados do Ideb, reúno-me de forma periódica com os membros da gestão escolar (vice-direção, coordenação e orientação) para o acompanhamento periódico dos processos de aprendizagem na escola?”, a maioria respondeu “semanalmente” (33%), seguido daqueles que responderam “bimestralmente”, “semestralmente” e “anualmente”, com 22% cada.

As respostas que os participantes deram encontram-se relacionadas no quadro a seguir:

Quadro 7 – Respostas dos participantes à questão 15

“A equipe gestora se reúne semanalmente para avaliar estratégias e quando necessário alterá-las.”
“Isso ocorre nos dias de HTPC.”*
“O resultado é anual e o último a escola não teve resultado divulgado.”
“Conselho de classe.”
“Toda semana reunião de alinhamento se faz necessária para um melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem.”
“Estruturando e reestruturando os planos de ensino das séries em que a escola atua e revendo sempre as metas pedagógicas.”

* HTPC: Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quanto aos comentários, os seis registros pouco acrescentaram à pesquisa; ocorreram somente considerações sobre o dia em que se dá essa reunião ou se a pauta é assumida nos conselhos escolares.

Para a questão 16, “Vejo que os resultados do Ideb são motivadores para a troca de equipes ou cargos de gestão nas unidades escolares?”, a maioria afirmou ser “indiferente” (44%), seguido daqueles que responderam “concordo parcialmente” e “discordo totalmente” (22%), e “discordo parcialmente” (11%).

Os participantes complementaram com as respostas do quadro a seguir:

Quadro 8 – Respostas dos participantes à questão 16

“Em nosso município, mais do que o resultado do Ideb interfere na troca de gestores.”
“Não tenho essa informação.”
“Cargos comissionados, político.”
“Ah, se fosse! Várias trocas ocorreriam...”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os dados permitem-nos afirmar que as trocas de equipes ou cargos de gestão não são motivadas pelos resultados do Ideb. Porém, não se pode negar que os políticos exercem forte influência na indicação aos cargos comissionados, tornando os indicados reféns de políticas gerenciais.



As questões 17 e 18 foram abertas. Com relação à questão 17, “Considerando a realidade do município na qual o diretor escolar é um cargo comissionado, relate o quanto esse fator possui algum resultado na forma como você lê e aplica os dados das avaliações”, as respostas dos participantes foram organizadas no quadro a seguir:

Quadro 9 – Respostas dos participantes à questão 17

“Penso que ser comissionado motiva o ocupante do cargo a fazer o melhor para a unidade escolar que integra, trabalhando em parceria com quem confia nele.”
“Os dados das avaliações são trabalhados de maneira coletiva para que todas as escolas tendam a melhorar, nada específico para um ou outro diretor, mas a todos através de formações e apontamentos.”
“Não vejo problema.”
“Necessidade da criação do Sistema Municipal de Educação.”
“O compromisso com a educação deve ser o fator principal e não o fator de ser ou não ser comissionado.”
“Por ser comissionado, o diretor acaba não tendo uma voz ativa diante de muitos obstáculos apresentados pela aprendizagem dos alunos.”
“Deveria ter extrema importância, porém nem sempre acontece.”
“Independente do cargo ser comissionado ou não, o gestor deve sempre ter em mente os avanços de sua escola, pois a pessoa está nessa posição por fazer a educação acontecer. Portanto, acredito que o gestor deve alinhar sempre a sua equipe escolar para trabalhar fomentando o progresso e a melhora da qualidade do ensino.”
“O fato de ser comissionada não altera a forma de trabalho, e sim o compromisso que temos com a educação. A avaliação se aplica como replanejamento, ponto de partida.”

Obs.: O número de comentários pode não corresponder ao número de respondentes. A parte discursiva era opcional.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Percebem-se diferentes compreensões acerca da questão. Uma parte dos respondentes declara que o fato de ser comissionado não altera o seu trabalho; outra, afirma que o comissionado motiva-se a fazer o melhor para a escola; e um respondente destaca que a indicação não permite que o diretor tenha voz ativa em relação às problemáticas escolares.

Por fim, acrescentamos que, comumente, os resultados das avaliações externas servem para ranquear escolas, responsabilizar profissionais e incrementar a “cobrança” da supervisão de ensino em busca do crescimento do índice; nossas observações assistemáticas indicam que o diretor e sua equipe são frequentemente pressionados na busca por resultados. Os cargos comissionados reforçam o clima de tensão vivido pelos gestores, que se veem constantemente ameaçados pela perda do cargo.

Com relação à questão 18, “Você gostaria de acrescentar algum comentário a esta pesquisa?”, nenhum participante respondeu.

5. Considerações finais

Neste artigo, discutimos a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos das políticas educacionais municipais a partir do Ideb. Os participantes, ao responderem o questionário,

rio, expuseram elementos importantes para refletirmos sobre a relação entre o Ideb, as políticas educacionais municipais e a gestão educacional.

Uma primeira constatação relaciona-se ao conceito de qualidade da educação: este não pode reduzir-se aos resultados das avaliações externas. Outra constatação diz respeito aos dados revelados pelos sujeitos da pesquisa (diretores), que, grosso modo, afirmaram utilizar os dados do Ideb no contexto das escolas nas quais atuam.

Também foi possível observar que as políticas educacionais de cunho gerencialista vêm reforçando as avaliações externas, na busca de resultados (índices) que se articulam ao discurso de eficiência e produtividade, causando o ranqueamento das escolas públicas e a responsabilização dos profissionais da educação, dentre eles, o diretor escolar. Ainda, a bonificação atrelada aos resultados das avaliações tem sido utilizada por diversos estados e municípios, gerando (muitas vezes) uma competição entre escolas e profissionais que se esquecem de lutar por políticas salariais, planos de carreira e melhores condições de trabalho. Aqui, comumente, as condições concretas em que as escolas se inserem não são levadas em consideração nas avaliações externas. Destacamos que, a partir dos anos 1990 no Brasil, a gestão educacional e escolar sofreu (e vem sofrendo) modificações em virtude das reformas do Estado. No que retrata ao trabalho do diretor, este teve suas atribuições ampliadas e moldadas pelas políticas gerenciais.

Outro ponto, que aparece com menor ênfase entre os diretores pesquisados, refere-se à dinâmica dos cargos comissionados. Por meio dos comentários dos participantes, inferimos que há um clima de insegurança e incerteza, associado ao ingresso no cargo mediante a indicação política; este (o indicado), geralmente, se vê obrigado a advogar em defesa das políticas (educacionais) de quem o indicou. Isso nos faz lembrar de um modelo de administração do Estado chamado patrimonialismo, em que, por ora, não vamos nos aprofundar.

Em suma, o Ideb pouco vem contribuindo com a melhoria da qualidade da educação; advogamos por uma mudança nas diretrizes e políticas educacionais (neoliberais e gerenciais) adotadas até o momento em nosso país, sendo imprescindível lutarmos para a transformação da educação e da sociedade.

6. Referências

BERMUDES, W. L. *et al.* Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértices**, v. 18, n. 2, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=336>. Acesso em: 2 nov. 2021.



BROADFOOT, P. **Education, assessment and society**: a sociological analysis. Buckingham: Open University Press, 1996.

CASASSUS, J. Política y metáforas: un análisis de la evaluación estandarizada en el contexto de la política educativa. *In*: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R. (orgs.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: origens e pressupostos. Florianópolis: Insular, p. 21-46, 2013.

DALBEN, A. Avaliações de desempenho do aluno para a atribuição de sanções e bonificações à escola e ao professor. **Anais do Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. Campinas: Endipe, 2012.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. *In*: FERREIRA, N.S.C. (org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 77-95.

HYPÓLITO, A. M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

IAIES, G. Evaluar las evaluaciones. *In*: UNESCO. **Evaluar las evaluaciones**: una mirada política acerca de las evaluaciones de la calidad educativa. Buenos Aires: IIPE; Unesco, p. 15-36, 2003.

IBGE. **Pesquisa por panorama**. 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/_____/panorama. Acesso em: 31 out. 2021.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

MARANGONI, R. A. **O nome e seus desafios**: representações sociais do diretor/gestor escolar acerca do seu agir profissional. 2017. 161 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.

NUNES, I. C. T. **Eleição para diretor escolar no município de Irecê**: uma proposta de regulamentação de forma horizontal. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

OLIVEIRA, D. A. **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

PESSIN, G., DEPS, V. L. O Ideb e a atuação docente na perspectiva da autorregulação. **Educação em Revista**, v. 36, 2020.

SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, dez. 2015.

SCHNECKENENBERG, M. Democratização da gestão e atuação do diretor de escola municipal. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 25, n. 1, mar. 2011.

SILVA, G. da; SILVA, A. V. da; SANTOS, I. M. dos. O Ideb e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. **Revista Exitus**, v. 9, n. 1, 2019.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, 2013.

Como citar – ABNT

MACHADO, Djalma; MARANGONI, Ricardo. Índice de desenvolvimento da educação básica: a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos nas políticas educacionais municipais. **Revista Poiesis Pedagógica**, Catalão/GO, Brasil, v. 22, e2024006, mês, 2024. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74681>

Como citar – APA

Machado, D., & Marangoni, R. (2024). Índice de desenvolvimento da educação básica: a percepção de diretores escolares sobre os (possíveis) efeitos nas políticas educacionais municipais. *Revista Poiesis Pedagógica*, 22, e2024006. <https://doi.org/10.69532/2178-4442.v22.74681>

Apêndice – Informações sobre o artigo

Histórico editorial

Submetido: 12 de agosto de 2024.

Aprovado: 14 de novembro de 2024.

Publicado: 08 de dezembro de 2024.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados/gerados no presente artigo.

Contribuição dos autores

Resumo/Abstract/Resumen: Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Introdução ou Considerações iniciais:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Referencial teórico:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Metodologia:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Análise de dados:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Discussão dos resultados:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Conclusão ou Considerações finais:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Referências:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Revisão do manuscrito:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni; **Aprovação da versão final publicada:** Djalma Machado; Ricardo Marangoni.

Direitos Autorais

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Poiesis Pedagógica os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista. Os editores da Revista Poiesis Pedagógica têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

Open Access

Este artigo é de acesso aberto (**Open Access**) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (**Article Processing Charges – APCs**). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



Licença de uso

Este artigo é licenciado sob a Licença **Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)**. Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o artigo em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.



Verificação de Similaridade

Este artigo foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o software de detecção de texto **iThenticate** da Turnitin, através do serviço **Similarity Check** da Crossref.



Processo de avaliação

Revisão por pares duplo-cega (**Double blind peer review**).

Editora

Cláudia Tavares do Amaral 



Fomento

O artigo foi editado, diagramado e publicado com o apoio do auxílio financeiro concedido pela **FAPEG Edital nº 10/2023** – Programa de Apoio a Periódicos Científicos de Instituições de Ensino Superior do Estado de Goiás.



Publisher

Este artigo foi Publicado na **Revista Poiesis Pedagógica** vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da **Universidade Federal de Catalão - UFCAT**. A Revista Poiesis Pedagógica publica artigos de natureza técnico-científica, provenientes de estudos e pesquisas que ofereçam subsídios para o desenvolvimento do conhecimento educacional, propiciando um diálogo entre os diferentes campos da educação no Portal de Periódicos da UFCAT. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do corpo editorial ou da referida universidade. Na **Avaliação CAPES (2017-2020)** a Revista Poiesis Pedagógica obteve **Qualis B1**.

